



DEPUTADO FEDERAL ALCEU MOREIRA
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ofício nº 12/2022

Brasília, 17 de junho de 2022

Ao Superintendente o Senhor,

Carlos Orlando Henrique da Silva

Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos – SBQ

Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP

Assunto: ANP - Consulta e Audiência públicas nº 11/2022 - Revisão da Resolução ANP nº 50, de 23 de dezembro de 2013, que trata das especificações dos óleos diesel S10 e S500 de uso rodoviário.

Senhor Superintendente,

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realiza o processo de Consulta Pública nº 11/2022, que trata da revisão das especificações dos óleos diesel S10 e S500 de uso rodoviário e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos agentes econômicos.

Entende-se como totalmente desprovido de contexto incluir nesta consulta pública uma definição de diesel com conteúdo de coprocessamento. Além de ser um tema que ultrapassa os limites do tema proposto para a consulta pública, merece uma análise e possivelmente uma especificação distinta.

Como suporte ao processo de consulta, a Agência divulgou a Nota Técnica nº 14/2021/SBQ-CRP/SBQ/ANP-RJ, para detalhar as alterações propostas na minuta de resolução em substituição à regulamentação vigente (Resolução ANP nº 50/2013).

A Nota Técnica sobre a nova especificação do diesel cita a palavra “biodiesel” 146 vezes. Boa parte dessas citações são ilações pejorativas compondo uma narrativa, subjetiva, sem critérios técnicos onde até matérias jornalísticas sem nenhuma base científica são mencionadas,



figurando o biodiesel como o responsável pelos problemas de qualidade do produto final, diesel B.

A primeira referência desta nota é um relatório denominado “Parâmetros críticos do Bx”, que jamais teve sua versão final divulgada oficialmente, após a redação e distribuição de versão preliminar para revisão e comentários.

Vale descrever o contexto em que, há poucos meses, a especificação do biodiesel também passou por processo de consulta pública. Na ocasião, ficou claro que a ANP desejava asseverar significativamente inúmeros parâmetros da especificação do biodiesel que, sabidamente, afiguram-se como os mais rigorosos do mundo.

Exemplo disso é o teor de monoglicerídeos que, sem qualquer comprovação científica, foi associado à possibilidade de causar entupimento no sistema de injeção dos motores ciclo diesel. A especificação atual do biodiesel estabelece um teor máximo de 0,7% desse composto e que pretendia passar para 0,4%.

No processo de atualização da especificação do Diesel, agora em Consulta Pública, aspectos importantes deixam de ser regulados. A própria nota técnica afirma que as parafinas do diesel fóssil também podem causar entupimento no sistema de injeção e que é comum a existência de até 20% dessa classe de compostos no diesel. Inclusive, esse fato é manifestado por montadoras que informam aos clientes essa possibilidade devido à composição do diesel. Apesar disso, não está proposto nenhum controle do teor de parafinas no diesel, constante da minuta de especificação.

Em outro exemplo, existe grande complacência da Agência para com o diesel fóssil, pois os compostos hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPA) são reconhecidamente classificados como cancerígenos. Mesmo assim, não é proposto controle algum desses compostos no Diesel S500 e para o S10 redução de 11% para 8%, valor ainda muito elevado para um composto de consequências tão graves à saúde pública.

Com relação ao Diesel S500, com 500 ppm de enxofre, um tipo de diesel banido na maior parte dos países desenvolvidos do mundo, inclusive da América Latina. A ANP nesta consulta não propõe cronograma de banimento do S500, combustível veneno, em linha com as necessidades dos novos motores que deverão atender à nova fase do PROCONVE e que possui requisitos ainda mais exigentes para as emissões veiculares. Tais equipamentos serão muito mais sensíveis aos compostos de enxofre. Apesar disso, fica apenas a proposta de criação de um



DEPUTADO FEDERAL ALCEU MOREIRA
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Grupo de Trabalho para discutir o tema, sem a definição de uma data para descontinuar a sua comercialização. Vale destacar que dirigentes da Petrobras já noticiaram a possibilidade de aumento significativo da produção do S10 em substituição ao S500. Nota-se um desequilíbrio quanto à especificação do biodiesel, extremamente rigorosa, versus a especificação do diesel fóssil, muito permissiva e flexível.

Certamente uma decisão que restaria como prejudicada a necessidade de alterar o padrão de corante adicionado para diferenciar o Diesel A S10 do Diesel A S500, que pode gerar distorções em sua identificação, ao se utilizar biodiesel com elevado teor de óleo de palma.

Certo da compreensão de Vossa Senhoria, agradecemos a atenção dispensada.

Cordialmente,

Deputado Federal Alceu Moreira (MDB/RS)